



XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB)

GT 5 – Política e Economia da Informação

COLABORAÇÃO INTERNACIONAL: colocando ética e integridade da pesquisa em perspectiva

INTERNATIONAL COLLABORATION: putting research ethics and research integrity in perspective

Elizabeth Maria Freire de Jesus¹, Maria Nélide Gonzalez de Gomez²

Modalidade da apresentação: Pôster

Resumo: A colaboração internacional em pesquisa está sujeita a desafios comuns a toda pesquisa colaborativa. No entanto, em face da diversidade de aspectos sociais, culturais, normativos, legais e éticos, nem sempre compatíveis e facilmente compartilhados, que, comumente, permeiam a colaboração internacional, este trabalho tem como objetivo apresentar panoramicamente algumas questões, buscando problematizar o tema a partir da consideração de que na colaboração internacional, muito provavelmente pesquisadores e gestores se depararão com entendimentos ou percepções diferenciadas sobre certas questões, as quais se não observadas e/ou não negociadas poderão ter efeitos sobre a dimensão da ética e da integridade da pesquisa.

Palavras-chave: Colaboração em pesquisa. Colaboração internacional em pesquisa. Ética da pesquisa. Integridade da pesquisa.

¹ Aluna de doutorado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF).

² Doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora Visitante Senior do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, Bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Abstract: *International research collaboration is subject to common challenges as any collaborative research. However, given the diversity of social, cultural, regulatory, legal and ethical, not always compatible and easily shared, which often permeate international collaboration, this work aims to present panoramically some issues, seeking to discuss the topic from the consideration that international collaboration, most likely researchers and managers will face different understandings or perceptions on certain issues, which are not observed and / or not addressed may have effects on the dimension of the ethics and integrity of research.*

Keywords: *Research collaboration. International research collaboration. Research ethics Integrity of research.*

1 INTRODUÇÃO

A colaboração em pesquisa científica vem sendo estudada a décadas. São muitas as definições apresentadas para o conceito, bem como as razões, as formas, os modos, os benefícios e custos associados. A maioria das definições para o conceito de colaboração em pesquisa envolve a noção de compartilhamento de recursos intelectuais, econômicos e materiais voltados para a produção de novos conhecimentos científicos.

Bufrem (2010, p.141), em sua revisão de literatura sobre o tema na área da Ciência da Informação (CI), concluiu que os estudos sobre o tema se desdobraram em quatro vertentes, quais sejam: coautoria como indicador da colaboração científica; redes de colaboração científica; tecnologias e colaboração científica e políticas de fomento e incentivo à colaboração.

A colaboração internacional em pesquisa está sujeita a desafios comuns a toda pesquisa colaborativa. Em face da diversidade de aspectos sociais, culturais, normativos, legais e éticos, nem sempre compatíveis e facilmente compartilhados, que, comumente, permeiam a colaboração internacional, são muitos os desafios inerentes a esse modo de colaboração. Anderson e Steneck (2010), chamam a atenção para o fato de que muitos cientistas e suas instituições representativas ao estabelecerem parcerias em pesquisas internacionais, muitas das vezes ignoram ou minimizam certas diferenças fundamentais nos modos como a ciência é organizada e feita nos diferentes países, e, em especial, nos países com os quais estabelecem tais parcerias.

A partir de pesquisa bibliográfica constatou-se serem incipientes os estudos abordando questões e desafios relacionados à ética e à integridade da pesquisa no contexto da colaboração em pesquisa. Este trabalho tem como objetivo problematizar o tema a partir da consideração de que na colaboração internacional, muito provavelmente, pesquisadores e gestores se depararão com entendimentos ou percepções diferenciadas sobre certas questões, as quais se não observadas e/ou não negociadas poderão ter efeitos sobre a dimensão da ética e da integridade da pesquisa.

2 COLABORAÇÃO (INTERNACIONAL) EM PESQUISA: NEGOCIANDO PLURALIDADES

Na perspectiva de Sonnenwald (2008, p.645), a colaboração em pesquisa é entendida como “interações entre dois ou mais pesquisadores que ocorrem dentro do largo contexto da ciência”, no qual estão incluídos “elementos como revisão por pares, sistemas de recompensa, colégios invisíveis, paradigmas científicos, políticas científicas, normas disciplinares e institucionais” (SONNENWALD, 2008, p.645).

Considerada como um denso plexo de relações heterogêneas – cientistas, artefatos tecnológicos, laboratórios, governos, setores privados, universidades, agências de fomento, cidadãos, entre outros, as colaborações em pesquisa inexoravelmente são permeadas por inúmeros interesses (ou motivações). Fundamentalmente, o espaço comum de problema e o interesse pela geração de excedentes de conhecimento acerca do problema, parece ser aquilo que a coloca juntos essas heterogeneidades.

Nas últimas décadas, tem-se observado uma tendência crescente das pesquisas científicas perpassarem fronteiras institucionais, geopolíticas e disciplinares. Em parte, esse cenário se dá pelo aumento da escala e da complexidade dos problemas apresentados à sociedade contemporânea, que têm levado a uma praticamente “impossibilidade de completeza da pesquisa isolada em grupo ou instituição ou de uma esfera estritamente gnosiológica” (GONZALEZ DE GOMEZ, 2003, p.71).

Nas colaborações internacionais, muito provavelmente, pesquisadores e gestores necessitam lidar com uma variedade de modelos conceituais, de modelos de gestão, de sistemas de financiamento, de sistemas de ensino, de mecanismos de *accountability* e, sobretudo, de uma variedade de quadros normativos e legais, valores e compromissos éticos, que organizam, possibilitam ou restringem a realização da pesquisa colaborativa. Adicionalmente a essas questões, há de se considerar os diferentes conhecimentos, experiências, preferências e idiosincrasias dos indivíduos envolvidos, além, é claro, das diferenças culturais e linguísticas.

Esta miríade de questões requer um significativo esforço *ex-ante* de negociação no sentido de se estabelecer algum compartilhamento ou harmonização de forma a possibilitar e sustentar a efetiva realização da colaboração.

O não reconhecimento ou identificação dessas questões e a não articulação ou negociação das mesmas, podem potencialmente afetar o curso de um esforço de colaboração internacional, ou, pior ainda, podem levar às alegações de má conduta, má gestão ou ilegalidades.

3 DESAFIOS: DIMENSÃO DA ÉTICA E INTEGRIDADE DA PESQUISA

Inúmeros são os benefícios da colaboração científica. No entanto, em particular, com relação à colaboração internacional, autores como Anderson e Steneck (2010) e Vasconcelos (2012), observam que, a despeito dos benefícios, “este tipo de colaboração possui inúmeros desafios e armadilhas, que em caso extremo podem mesmo impedir o progresso da mesma” (VASCONCELOS, 2012, p.404), podendo até mesmo, deixar pesquisadores e gestores “encrocados”.

De acordo com Santos (2011), a expressão integridade da pesquisa vem sendo utilizada para demarcar um campo particular no interior da ética profissional do cientista, essa entendida como a esfera total dos deveres éticos, que incluem o conjunto de deveres derivados de valores éticos mais universais e valores éticos especificamente científicos, aos quais o cientista está submetido ao realizar suas atividades propriamente científicas.

Os estudos sobre conduta responsável na pesquisa, segundo Steneck (2006, p. 56) podem ser divididos em duas linhas de abordagem normativa: a) ética da pesquisa – vista a partir dos princípios morais e b) integridade da pesquisa – que considera a prática da pesquisa na perspectiva das normas, códigos, diretrizes tanto profissionais como institucional (universidades, indústria, instituições de pesquisa, governo). Segundo Steneck (2006, p. 56), a ética da pesquisa, pode ser definida como “o estudo crítico dos problemas morais associados com ou que emergem no decorrer da pesquisa”.

Ao longo das duas últimas décadas, “as políticas e dinâmicas de projetos internacionais de colaboração científica mudaram profundamente, particularmente em resposta a uma maior consciência e discussão sobre a conduta responsável em pesquisa” (VASCONCELOS, 2012, p.404), cujos desvios deixaram de ser questões a serem resolvidas apenas no interior dos laboratórios ou instituições envolvidas na pesquisa, passando a ser objetos de discussão na sociedade em geral, nos comitês, colegiados, tribunais, etc.

Para Suresh, “as barreiras mais fundamentais para as colaborações internacionais bilateral e multilateral são as diferentes normas para avaliação de mérito científico e diferenças nas infraestruturas que garantam a ética profissional e integridade científica” (SURESH, 2011, p.1), sendo estes fatores, segundo o autor, “agravados pelas diferenças culturais que surgem a partir da grande variedade de perspectivas sociais e estágios de desenvolvimento nacional” (SURESH, 2011, p.1).

Anderson e Steneck (2010) salientam que a colaboração internacional é agravada pela “necessidade de se atender às demandas de diferentes sistemas nacionais de pesquisa”, como por exemplo, variações no sistema de ensino de pós-graduação e formação de pós-doutorado, nos ambientes legais e normativos da pesquisa, nos modos como a pesquisa é organizada e financiada, nos mecanismos de regulamentação e supervisão da pesquisa, nos sistemas de recompensa (*rewards*), correção de literatura, mecanismos de transparência e *accountability*.

Neste amplo espectro, a autoria e coautoria na produção científica, sendo esta última, “uma das formas mais tangíveis e bem documentadas de colaboração científica” (GLÄNZEL. *et al.*, 2004, p.257), têm suscitado inúmeros questionamento éticos.

Vasconcelos *et al.* (2014, p.155), observam que questões relacionadas à autoria responsável podem ser particularmente sensíveis, e que estas “incluem variações de práticas de autoria de diferentes países e tradições disciplinares; práticas que podem ser moldadas e influenciadas pelos diferentes contextos culturais e políticos juntamente com diferentes pressupostos normativos que pesquisadores trazem com eles para a colaboração.

Uma dessas variações diz respeito ao plágio, que juntamente com a fabricação e falsificação são considerados práticas de má conduta deliberadas e inaceitáveis, sejam nas fases de proposta, execução, revisão ou comunicação da pesquisa. De acordo com a *US Office of Science and Technology Police* (2000), o plágio “é a apropriação de ideias, processos, resultados ou palavras de outra pessoa sem lhe dar o devido crédito” (OSTP, 2000).

Ainda que seja praticamente um consenso, Vasconcelos (2007, p.4), observa que tanto o conceito como as relações que se estabelecem com a prática do plágio decorrem de um viés cultural importante e que a abordagem sobre a questão é permeada pelos conceitos de autoria e propriedade intelectual, os quais remetem à ideia de originalidade. Para as culturas confucianas, como em Singapura China e Coreia, Vasconcelos (2007, p.5), ressalta que “a autoria e a originalidade não são valorizadas como no Ocidente, uma vez que a noção de propriedade intelectual naquelas culturas, tradicionalmente é bem mais coletiva que individual”. Segundo a autora, “em contextos acadêmicos e de pesquisa multiculturais não são poucos os conflitos e dilemas que decorrem dessa visão diversa de autoria e produção textual” (VASCONCELOS, 2007, p.5).

O escopo de questões notoriamente sujeitas às variações de entendimento sobre conduta responsável de pesquisa é amplo. O plágio é apenas uma delas.

Dentre alguns pressupostos normativos incorporados em práticas acadêmicas nas redes de pesquisa colaborativa, estão os padrões e procedimentos adotados, por exemplo, nas avaliações e revisões de mérito científico; os protocolos para pesquisa envolvendo animais, seres humanos e patrimônio genético; as leis, interpretações acerca da noção de autoria, propriedade intelectual, direitos morais, autoridade e tradições disciplinares.

CONSIDERAÇÕES

Nas últimas décadas tem-se observado um significativo aumento das colaborações internacionais. Evidências desse fenômeno foram apresentadas no relatório publicado em 2011 pela *The Royal Society*, intitulado *Knowledge, Networks and Nations: Global scientific collaboration in the 21st century*³.

No contexto *cross-cultural* das colaborações internacionais, muitas situações acerca da conduta responsável em pesquisa são consensuais entre pesquisadores de diferentes culturas, sistemas políticos e sistemas de pesquisa. No entanto, pode-se dizer que esse contexto é potencialmente o *locus* de emergência de inúmeras questões sensíveis relacionadas à conduta responsável em pesquisa, ética e integridade da pesquisa, que não são facilmente resolvidas. Diferentes critérios éticos para condução de pesquisa com humanos ou com animais, de reconhecimento ou atribuição de autoria, mecanismos para lidar com alegações de má conduta, por exemplo, podem ser fontes de conflito deletérias para a pesquisa colaborativa.

Embora a colaboração internacional em pesquisa não seja algo novo, pode-se dizer que as discussões e reflexões sobre ética e integridade da pesquisa são relativamente recentes. A primeira Conferência Mundial em Integridade da Pesquisa (*I World Conference on Research Integrity*), foi realizada em 2007, e a quinta edição do evento será em 2017. Ao longo desses anos, o escopo e abrangências das discussões e reflexões sobre o tema vem aumentando, como também vem aumentando o engajamento de interessados e afetados pelas atividades científicas – pesquisadores, instituições de ensino e pesquisa, editores, revisores, agências de fomento, governos e também da sociedade em geral. O horizonte vislumbrado nesses fóruns é o estabelecimento de certa harmonização das políticas sobre integridade da pesquisa entre vários níveis institucionais, entre países e campos do conhecimento.

A responsabilidade pela promoção de uma cultura de integridade e ética da pesquisa é coletiva, sendo a universidade um dos principais responsáveis para o desenvolvimento e manutenção dessa cultura.

A formulação e implementação de políticas institucionais para a ética e integridade da pesquisa, adicionalmente à instituição de estrutura permanente de governança e estratégias para estimular, engajar e consolidar comportamentos éticos em todos os níveis hierárquicos no ambiente de ensino e pesquisa, são grandes desafios a serem enfrentados pelas universidades.

³ <https://royalsociety.org/~media/Royal_Society_Content/policy/publications/2011/4294976134.pdf>

A realização da colaboração internacional requer certo esforço inicial no sentido de se instituir acordos e compromissos mínimos a serem compartilhados, levando-se em consideração as singularidades interculturais e interdisciplinares, as normas, valores e as éticas vigentes. A não realização desse esforço *ex ante*, potencialmente terá efeitos, não só em relação ao comprometimento, efetividade e produtividade da pesquisa, mas, sobretudo, no que se refere à responsabilização e a confiança pública na ciência.⁴

REFERÊNCIAS

ANDERSON, M. S. International research collaborations: anticipating challenges instead of being surprised. **The Europa World of Learning**, Nova York, v.1, n.61, 2011. Disponível em: <<http://www.educationarena.com/pdf/sample/sample-essay-anderson.pdf>> . Acesso em: 01 jul. 2016.

ANDERSON, M. S.; STENECK, N. H. (Eds). **International Research Collaborations: Much to be Gained, Many Ways to Get in Trouble**. New York, EUA: Routledge, 2010.

BUFREM, L.S. Colaboração científica: revisando vertentes na literatura em Ciência da Informação no Brasil. **Pesq. Bras. Ci. Inf.**, Brasília, v.5, n.2, p.127-151, 2010. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/32/63>>. Acesso em: 10 jul.2016.

CHAPMAN, D. W.; STOLZ, I.; GLUSHKO, O. National Variations in the Organization of Scientific Research. In: ANDERSON, M. S.; STENECK, N. H. (Eds). **International Research Collaborations: Much to be Gained, Many Ways to Get in Trouble**. New York: Routledge, 2010.

GLÄNZEL, W.; SCHUBERT, A. Analysing scientific networks through co-authorship. In: MOED, H. F.; GLÄNZEL, M.; SCHMOCH, U. (Ed.). **Handbook of Quantitative Science and Technology Research**. Netherlands, Dordrecht: Kluwer Academic Publishing, 2004. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?rep=rep1&type=pdf&doi=10.1.1.86.4083>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

GONZALEZ DE GOMEZ, M.N. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.1, p. 60-76, 2003.

SANTOS, L. H. L. **Sobre a integridade ética da pesquisa**. FAPESP, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.fapesp.br/6566>>. Acesso em: 20 jul.16.

⁴ Trabalho relacionado à pesquisa em andamento sob a orientação da Prof^{ra}. Dr^a. Maria Nélide Gonzalez de Gomez.

STENECK, N. H. Fostering Integrity in Research: definitions, current knowledge, and future directions. **Science and Engineering Ethics**, EUA, v. 12, n. 1, p. 53-74, 2006.

SONNENWALD, D. H. Scientific Collaboration. **Annual Review of Information Science and Technology**, New York, v. 42, n. 1, p. 643-681, 2008.

OSTP. **Federal Policy on Research Misconduct**, EUA, 2000. Disponível em: <http://ori.hhs.gov/policies/fed_research_misconduct.shtml>. Acesso em: 12 jul.16.

VASCONCELOS, S. M. R. O plágio na comunidade científica: questões culturais e linguísticas. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 59, n. 3, p. 4-5, 2007.

VASCONCELOS, S. M. R.; STENECK, N.H.; ANDERSON, M.; MASUDA, H.; PALACIOS, M.; PINTO, J.C.S.; SORENSON, M.M. The new geography of scientific collaborations. **EMBO Reports**, Alemanha, v. 13, n.5, p. 404-406, 2012. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3343361/>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

VASCONCELOS, S.; VASGIRD, D.; ICHIKAWA, I.; PLEMMONS, D. Authorship guidelines and actual practice: are they harmonized in diferent research systems?. **Journal of Microbiology&Biology Education**, EUA, v.15, n.2, p. 155-158, 2014.